

civil, penal e administrativa, sendo assim excluído (a) do projeto.

Agricultor familiar

Responsável pelo PAA

Local: Viana/ES

Data:

ANEXO IV - TERMO DE RECIMENTO E ACEITABILIDADE DO MUNICÍPIO

Eu, _____, responsável pelo recebimento dos alimentos no município de Viana, CPF nº _____, atesto que recebi do (a) agricultor (a) _____ DAP nº _____, os produtos relacionados abaixo:

Produto	Quantidade (kg/L/ dúzia)	Valor unitário	Valor total

Declaro sob as penas da Lei (art.299 do código Civil) que o (s) produto (s) recebido(s) está (ao) de acordo com os padrões de qualidade aceitos, pelo(s) qual (is) concedemos a aceitabilidade, comprometendo-nos a dar adequada destinação final dos produtos recebidos relacionados neste Termo de Recebimento e Aceitabilidade.

Local e Data: _____

Responsável técnico pelo recebimento dos alimentos

Agricultor(a)

ANEXO V - TERMO DE DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

Eu, _____, CPF/CNPJ _____, desisto, em caráter irrevogável, de participar como fornecedor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, executado pelo Município de Viana/ES, pelo (s) seguinte (s) motivo (os): _____

Declaro também que entreguei o (s) item (ns) presente (s) na tabela abaixo, na (s) quantidade (s) e no (s) valor (es) total (is) descrito (s).

Produto	Quantidade total (kg/L/ dúzia)	Valor total (R\$)

Viana, ____ de _____ de 202__.

NOME COMPLETO DO AGRICULTOR OU FAMILIAR (EM CASO DE MORTE)

Protocolo 1675500

Resolução

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" COMDICA VI Nº. 07/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA DE VIANA-ES.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viana - COMDICA VI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.796/2016.

CONSIDERANDO, a Lei nº 13.431/2017, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO, a Lei nº 13.431/2017, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção;

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 9603/2018, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 9603/2018 regulamenta a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral;

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 9603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 9603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos;

CONSIDERANDO, que nas políticas intersetoriais

é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades;

CONSIDERANDO, por fim, que o Comitê ora instituído possui função primordial de estabelecer fluxos operacionais para atuação eficaz dos órgãos de proteção, alinhado às diretrizes da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e Adolescente e da Lei nº 13.431/2017;

CONSIDERANDO, que foi instituído o Comitê Gestor de Gestão Colegiada da rede de Cuidado e de proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunha de Violência de Viana-ES via Decreto Municipal nº 166/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para comporem o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Viana:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social:

Titular: Rhaiany Helmer Brito

Suplente: Vera Carla Alves Cardoso

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Léia Maia Vieira

Suplente: Warlen Carlos dos Santos

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Emiliana D´Oliveira Almeida

Suplente: Priscilla Roriz Vieira

IV - Representantes da Secretaria Municipal Desenvolvimento econômico e Turismo:

Titular: Francisco de Assis Sizino

Suplente: Julio Cesar Palassi

V - Representantes da Secretaria Municipal de Cultura:

Titular: Rita Santos da Rocha

Suplente: Luciana Rodrigues Souza

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Governo:

Titular: Emanuela Pestana Campagnaro

Suplente: Gabriel Cabidelle da Silva

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito:

Titular: Yan José Miranda Santos

Suplente: José da Silva Campos

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Rafaella Sá Ferraz

Suplente: Wilison Araujo Soares

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se todos os dispositivos em contrário.

Viana/ES, 13 de novembro de 2025.

RHAIIANY HELMER BRITO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viana - COMDICA
Protocolo 1675549

Portaria

PORTARIA Nº 1166/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 61, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica deste Município e, considerando os fatos narrados no processo administrativo n.º 16379/2023, que sugeriu abertura de Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º RECONDUZIR a Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 0654/2023 para concluir as atividades referentes aos fatos constantes do processo acima mencionado, convalidando-se todos os atos praticados a partir da vigência da referida Portaria.

Art. 2º Nos termos do estabelecido no art. 199 da Lei 1.596/2001, o prazo para conclusão do Processo Administrativo será de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 24 de novembro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1675476

PORTARIA Nº 1167/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 60, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Viana.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, nos termos do Art. 55, alínea "b" da Lei nº 1.596, de 28 de dezembro de 2001, o servidor **RAFHAEL DA SILVA COSTA** matrícula funcional nº 033841-02, do cargo em comissão de Encarregado, Padrão CPC-OP4, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de novembro de 2025.

Viana - ES, 24 de novembro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1675478